

Artigo 27 - Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto facultativo dos cidadãos residentes no Município.

Parágrafo Único – Cada cidadão poderá escolher no máximo 01 (um) candidato entre os inscritos.

Artigo 28 - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 4º Os membros atuais do Conselho Tutelar terão permanecerão no exercício de seu mandato somente até a posse dos novos membros, que ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Artigo 29 - São requisitos para candidatar-se a exercer funções de membro do Conselho Tutelar:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – idade superior a 21 anos;

III - residir no Município há pelo menos 02(dois) anos e estar quites com a justiça eleitoral;

IV - apresentar no momento da inscrição certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio;

V – obter aprovação em teste escrito de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990;

VI – possuir CNH - Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima B;

Artigo 30 - O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes expedirá normas para regulamentação do processo de escolha dos membros que integrarão o Conselho Tutelar.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes julgarem habilitadas as inscrições das candidaturas, bem como definir o procedimento de registro, forma e prazo para as impugnações.

SEÇÃO V
DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DOS CONSELHEIROS

Artigo 31 - O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecera presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Parágrafo Único - Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, observado o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal e artigo 37 da Resolução nº 139/2010 do Conanda.

Artigo 32 – A carga horária dos Conselheiros Tutelares será de 40 (quarenta) horas semanais, a ser cumprida na forma presencial na sede do Conselho Tutelar, onde o conselheiro desempenhará suas funções, mais plantões noturnos, em feriados e finais de semana, a serem estipulados em escalas iguais entre os conselheiros.

Parágrafo Único – O horário de trabalho será das 8(oito) às 12(doze) horas e das 13(treze) as 17(dezessete) horas, de forma presencial na sede do Conselho Tutelar.

Artigo 33 - A remuneração do Conselheiro Tutelar será de R\$ 866,00 (oitocentos e sessenta e seis reais mensais), com o reajuste proporcional aos vencimentos do servidor público municipal.

§ 1º – A remuneração fixada não gera relação de emprego com a municipalidade não podendo, em nenhuma hipótese e sob qualquer título ou pretexto, exceder a pertinente ao funcionalismo municipal de nível superior.

§ 2º – Sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 3º – Aos membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município de Salto do Itararé, será assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina.

§ 4º – Aos membros do Conselho Tutelar também será assegurado o direito de licença para tratamento de saúde, na forma e de acordo com os ditames do estatuto do servidor público municipal, aplicado no que couber e naquilo que não dispuser contrariamente esta Lei.

§ 5º – A concessão de licença remunerada não poderá ser dada a mais de 02 (dois) conselheiros no mesmo período.

§ 6º – É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Artigo 34 - Aos membros do Conselho Tutelar é assegurado:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

Artigo 35 - Os recursos necessários à remuneração dos membros dos Conselhos Tutelares terão origem no Orçamento do Município, com dotação específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 36 - Será escolhido o Presidente do Conselho Tutelar o candidato mais votado, em caso de recusar-se, hipótese em que o 2º mais votado será proclamado o presidente.

Parágrafo Único – Na falta ou impedimento do Presidente assumirá a Presidência, o Vice- Presidente.

Artigo 37 - As sessões serão instaladas com quórum mínimo de 03 (três) Conselheiros.

Artigo 38 - O Conselheiro atenderá informalmente as partes, mantendo registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.

Parágrafo Único – As decisões serão tomadas por maioria dos votos cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 39 - As sessões serão realizadas em dia útil, no horário a ser designado pelo Presidente.

Artigo 40 - O Conselho contará com o aparato técnico e funcional, bem como com instalações da Prefeitura Municipal.

SEÇÃO VI

DA PERDA DE MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Artigo 41 - Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I – infringir, no exercício de sua função, as normas do ECA;

II– cometer infração a dispositivos do Regimento Interno aprovado por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – for condenado por crime ou contravenção penal, em decisão irrecorrível, que sejam incompatíveis com o exercício de sua função;

IV–assumir conduta pública desonrosa ou inidônea.

V – faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, salvo justificativa aceita pelos membros do Conselho Tutelar;

VI – reiteradamente:

a) recusar-se, injustificadamente, a prestar atendimento;

b) omitir-se quando do exercício de suas atribuições;

c) exercer outra atividade incompatível com o exercício do cargo;

d) receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

e) receber, em função do cargo, qualquer tipo de benefício pessoal.

Artigo 42 - A perda de mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurada ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.

Parágrafo único. Verificada a perda do mandato, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente declarará vago o posto de Conselheiro Tutelar, dando posse imediata ao primeiro suplente.

Artigo 43 - Cometerá falta funcional grave o Conselheiro Tutelar que:

I - usar da função em benefício próprio;

II - romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;

III - manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV - recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V- aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI - deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;

VII - exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo;

VIII - receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

Artigo 44 - Constatada falta grave cometida pelo Conselheiro Tutelar, aplicar-se-á as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão não remunerada de 01 (um) a 03 (três) meses;

III – perda de função.

Artigo 45 - A apuração de eventual falta grave cometida por Conselheiro Tutelar no exercício da função dar-se-á por meio de sindicância a cargo da comissão de ética.

Artigo 46 - A Comissão de Ética é encarregada de instaurar sindicância para apuração de eventual falta grave cometida por Conselheiro Tutelar no exercício de sua função.

Artigo 47 - A sindicância será instaurada e conduzida por uma comissão de ética composta de:

I - dois membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo um representante do governo e outro da sociedade civil organizada;

II - dois membros do Conselho Tutelar;

III - um membro de entidade não governamental;

§1º Os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar serão escolhidos pela plenária dos respectivos Órgãos; e o representante das entidades não governamentais será escolhido em assembleia própria, a ser convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para tal finalidade.

§2º O procedimento de apuração deverá ser concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua instauração, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, devendo seguir, o quanto possível, os trâmites previstos na legislação municipal específica, relativos aos servidores públicos municipais, assegurado o contraditório e direito de defesa ao acusado.

§3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio do Poder Executivo, proporcionar os meios necessários para o adequado funcionamento da comissão de ética.

§4º A sindicância será instruída com cópia da representação e da ata da sessão que decidiu pela instauração do procedimento, das quais o acusado será pessoalmente cientificado, bem como notificado a apresentar defesa escrita e arrolar testemunhas, em número não superior a 05 (cinco);

§5º Concluídos e relatados os autos, serão enviados imediatamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a quem caberá apreciar e decidir sobre a imposição das penalidades cabíveis.

Artigo 48 - O julgamento do membro do Conselho Tutelar pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizado em sessão extraordinária, a ser instaurada em não menos que 05 (cinco) e não mais que 10 (dez) dias úteis contados do término do procedimento apuratório, com notificação pessoal do denunciante, acusado e representante do Ministério Público.

§1- Serão fornecidas, a todos os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cópias da acusação e da defesa, ficando os autos da sindicância a todos disponíveis para consulta.

§2º Por ocasião da sessão deliberativa será facultado ao acusado, por si ou por intermédio de procurador constituído, apresentar oralmente sua defesa, pelo prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez) minutos.

§3º Ficam impedidos de participar do julgamento os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que integraram a comissão de ética, que para o ato serão substituídos por seus suplentes regulamentares.

§4º A condução da sessão de julgamento e a forma da tomada dos votos obedecerão ao disposto no Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§5º A perda da função de Conselheiro Tutelar somente poderá ser decretada mediante decisão de 2/3 dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§6º Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

TITULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 49 - No prazo máximo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal, os representantes indicados pelos órgãos e organização a que se refere o Artigo 11 se reunirão para elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, em ocasião em que elegerão seu primeiro Presidente.

Artigo 50 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 51 – Revogam-se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, Estado do Paraná, em 08 de junho de 2015.

ISRAEL DOMINGOS
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 255/2015

Altera a Lei Municipal nº 42/2010, que regulamenta as normas de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ, Estado do Paraná, APROVA e eu ISRAEL DOMINGOS, SANCIONO a presente LEI.

Artigo 1º - Fica alterado o inciso XI, do Artigo 2º da Lei Municipal nº 42/2010, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....
XI – Aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde, reunidas ordinariamente a cada 04 (quatro) anos, e convocá-las, extraordinariamente, na forma prevista pelos parágrafos 1º e 5º do art. 1º da Lei nº 8.142/1990;”

Artigo 2º - Fica alterado o inciso I e V, do Artigo 5º da Lei Municipal nº 42/2010, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º
.....
I – de forma paritária, escolhidas por voto direto dos delegados de cada segmento na Conferência Municipal de Saúde, as representações no Conselho serão assim distribuídas:
4 (quatro) representantes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde – 50%;
2 (dois) representantes dos trabalhadores da Saúde Municipal – 25%;
1 (um) representante dos prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde Municipal – 12,5%;
1 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito Municipal – 12,5%.”

V – a presidência do Conselho Municipal de Saúde será atribuída ao conselheiro eleito pela plenária do Conselho;”

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, 09 de junho de 2015.

ISRAEL DOMINGOS
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista as manifestações e os autos, bem como todo o atendimento da Lei nº 8.666/93, ADJUDICO o objeto em favor da Licitante MAURÍCIO CARNEIRO – ADVOGADOS ASSO-CIADOS, como vencedora do Processo Licitatório – TOMADA DE PREÇOS – 001/2015, em conformidade com o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação designado pelo Decreto Municipal nº 01/2015.

Salto do Itararé, 10 de junho de 2015.

FERNANDO MARQUES DE LIMA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ARAPOTI

DECRETO Nº 3850/2015

Súmula – Altera a composição da Comissão responsável pela elaboração de Edital e acompanhamento do processo seletivo de estagiários.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPOTI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a necessidade de realizar a seleção de estagiários para esta municipalidade e; Considerando o art. 6º da lei nº 1391/2013.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica nomeada a Comissão para elaboração de Edital e acompanhamento do processo seletivo de estagiários, os seguintes servidores:

- Luis Antonio Bispo – Presidente

- Eliête Gabriel de Oliveira - Membro

- Douglas Renan Urias de Souza - Membro

- Jeanne Terezinha Siqueira M. Pavão – Membro

- Jeovane Varela - Membro

- Lusmari Karine L. F. Darino – Membro

- Aparecida de Fátima Araújo – Membro

Artigo 2º - Deve a Assessoria de Gabinete, tomar as medidas necessárias para a oficialização deste ato.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando em especial o Decreto 3.454 de 10 de Março de 2014.

Paço Municipal Vereador Claudir Dias Novochadlo. Gabinete do Prefeito em, 08 de junho de 2015.

-BRAZ RIZZI-
Prefeito

-WASHINGTON LUIS PIETROCHINSKI-
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 3851/2015

Ementa – Nomeia no âmbito administrativo municipal, os membros do Conselho Municipal de Habitação – CMH.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPOTI, ESTADO DO PARANÁ, EX-CELENTÍSSIMO SENHOR, BRAZ RIZZI, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Artigo 101, inciso V da Lei Orgânica Municipal e; Considerando a Lei Municipal 1.283 de 06 de Dezembro de 2011, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e Fundo Municipal de Habitação Social de Arapoti, Estado do Paraná e dá outras providências.